

A recente viagem da presidente Dilma Roussef à China demonstra, ao mesmo tempo, o crescimento da importância internacional do Brasil e as grandes dificuldades que deveremos enfrentar neste início da segunda década do século XXI.

Em primeiro lugar, é forçoso reconhecer que a presença do país nos foros internacionais vem adquirindo maior relevância e que nossas posições internacionais passam a ser objeto de maior atenção pelos demais países. É exatamente isto que podemos constatar quando analisamos o resultado da reunião dos países emergentes que teve lugar na China. A importância das economias em desenvolvimento cresce na medida em que o mundo desenvolvido se vê às voltas com as consequências da crise financeira internacional, transformada em crise de finanças públicas para parte substancial dos países do hemisfério norte. Parece claro que a solução da economia mundial estará, cada vez mais, estreitamente ligada à capacidade dos BRIC's encontrarem solução para seus problemas e persistir no rumo do crescimento econômico.

Por outro lado, o crescimento dos preços internacionais de produtos primários e a voracidade com que os mercados mundiais têm se atirado às exportações brasileiras de commodities constituem um problema para a economia brasileira. Atraindo volumes crescentes de capital estrangeiro, seja para investimento, seja para beneficiar-se da arbitragem propiciada por um nível crescente valorizado de sua moeda, o Brasil corre o risco de contrair a "doença holandesa", passando por um processo de desindustrialização e voltando a produzir apenas produtos de baixo valor agregado.

As consequências desse processo seriam a de espantar o emprego qualificado, ao mesmo tempo em que passaríamos a ter déficits crescentes em conta-corrente no balanço de pagamentos. Se, por um lado, esses déficits podem ser financiados no curto-prazo pelo enorme volume de reservas acumuladas pelo país, que atingiram na semana passada a impressionante cifra de US\$ 323 bilhões, torna-se claro para o observador que esta não será uma situação sustentável no longo prazo.

É nesse contexto que as negociações da presidente da república na China adquirem uma importância mais destacada: o Brasil precisa urgentemente exportar produtos industrializados de maior valor agregado, como é o caso da venda de aviões da Embraer, anunciada durante a visita. A questão é que essas negociações são sempre demoradas e desgastantes: todos querem vender produtos de alto valor agregado em um mundo cada vez mais competitivo.

Esse ponto nos remete à discussão sobre a competitividade brasileira: o que fazer para enfrentar uma situação em que nossa moeda se encontra apreciada e, conseqüentemente as exportações de produtos de elevado valor agregado vêm sofrendo um processo de esvaziamento. Parece claro que as medidas adotadas pelo governo não têm a capacidade de reverter o processo de apreciação cambial: desde outubro do ano passado, por sucessivas vezes, o Ministério da Fazenda elevou a alíquota do IOF e adotou medidas complementares, sem que ocorresse uma mudança no fluxo de capitais que tem entrado no país. Ao contrário, nos

primeiros meses do ano em curso o ingresso de recursos foi superior ao registrado em todo o ano passado.

Se, aparentemente, nada há que se fazer internamente em relação ao câmbio, parece igualmente pouco realista imaginar que a discussão desse ponto nos foros internacionais possa concorrer para uma solução no curto-prazo. Tanto a China, como os Estados Unidos têm se valido desse recurso para incrementar a competitividade de suas exportações e não existem indícios de que a situação possa ser revertida.

No entanto, existem outros meios para recuperar a competitividade externa perdida. Eles passam por uma reforma tributária que simplifique e desonere a produção nacional, bem como por um conjunto de obras de infraestrutura, que reduza os elevados custos de logística que têm de ser enfrentados pelos exportadores. Mais importante, contudo, é investir de forma consistente em educação e tecnologia.

A experiência recente mostra que países que desenvolveram robustos programas de educação colheram resultados consistentes em horizontes de tempo relativamente curtos, com a vantagem de criarem alicerces para um processo de inovação tecnológica importante. É fundamental que o Brasil faça sua “revolução na educação” o mais cedo possível. Não se trata apenas de investir no setor, o que tem acontecido até em níveis razoáveis, mas de formar professores que possam inspirar as novas gerações de brasileiros nos diferentes campos da atividade humana.